



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 172/XII/ 3.ª SL

Aos 15 dias do mês de julho de 2014, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações e outros assuntos

2. Apresentação do Relatório de participação na LI COSAC, em Atenas, 15 a 17 de junho de 20143.

3. Apreciação e votação do Parecer relativo ao Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014 e seleção das iniciativas a escrutinar pela Assembleia da República no decurso desse ano, bem como a Proposta de Projeto de Resolução sobre a mesma matéria.
Deputada Autora do Parecer: Catarina Martins (BE)

4. Apreciação da metodologia de designação de Deputados da CAE para participação nas delegações da Assembleia da República às reuniões e conferências Interparlamentares, que não tenham metodologia já aprovada.

A designação de Deputados da CAE para participação na delegação à COSAC encontra-se regulada por Metodologia aprovada na XI Legislatura e confirmada na presente Legislatura.

A designação de Deputados da CAE para participação na delegação da AR à Conferência ao abrigo do artigo 13.º do Pacto Orçamental (também conhecida como "Conferência sobre a Governação Económica e Financeira da UEM") foi aprovada pelas três comissões que integram a delegação (CAE + COFAP + CSST) e ratificada por S. Exa. a Presidente da Assembleia da República.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 172/XII/ 3.ª SL

5. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estado atual da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo [COM(2014)130] objeto de Relatórios das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública, de Economia e Obras Públicas e Educação, Ciência e Cultura

Deputado Autor do Parecer: Jacinto Serrão (PS)

b) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Os Diálogos com os Cidadãos como um contributo para a criação de um espaço público europeu [COM(2014)173], objeto de relatório da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Deputado Autor do Parecer: Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD)

c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Aproveitar o potencial do financiamento coletivo (crowdfunding) na União Europeia [COM(2014)172], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

Deputado Autor do Parecer: Paula Baptista (PCP)

d) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel utilizados no transporte rodoviário na União Europeia: Décimo primeiro relatório anual (Ano de 2012) [COM(2014)127], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

Deputado Autor do Parecer: Rui Barreto (CDS-PP)

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 172/XII/ 3.ª SL

e) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO EUROPEU - Relatório sobre as Barreiras ao Comércio e ao Investimento de 2014 [COM(2014)153], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

Deputado Autor do Parecer: Vitalino Canas (PS)

f) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Decisão n.º 1608/2003/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às estatísticas em matéria de ciência e de tecnologia [COM(2014)211], objeto de relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Deputado Autor do Parecer: Paula Gonçalves (PSD)

g) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório sobre a Política da Concorrência 2013 [COM(2014)249], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

Deputado Autor do Parecer: Carlos São Martinho (PSD)

6. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à divulgação de dados de observação da Terra por satélite para fins comerciais [COM(2014)344], objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PSD

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU relativa à exploração e à produção de hidrocarbonetos (designadamente gás de xisto) na UE mediante fracturação hidráulica maciça [COM(2014)23], objeto de Relatório da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PS

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 172/XII/ 3.ª SL

c) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação das disposições relativas às organizações de produtores, aos fundos operacionais e aos programas operacionais no setor das frutas e produtos hortícolas desde a reforma de 2007 («Relatório sobre o regime relativo às frutas e produtos hortícolas») [COM(2014)112], objeto de Relatório da Comissão de Agricultura e Mar

Deputado Autor do Parecer: cabe ao CDS-PP

d) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à divulgação de dados de observação da Terra por satélite para fins comerciais [COM(2014)344], objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PSD

e) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE, Euratom) n.º 883/2013 no que diz respeito à criação de um Controlador das Garantias Processuais [COM(2014)340], objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PS

f) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 604/2013 no que se refere à determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de proteção internacional apresentado por um menor não acompanhado por um membro da família, irmão ou outro familiar legalmente presente num Estado-Membro [COM(2014)382], objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PSD

7. Apreciação e votação das Ata n.º 171/XII relativas à reunião de 8 julho de 2014.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 172/XII/ 3.ª SL

1. Informações e outros assuntos

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), iniciou a reunião, abordando os seguintes assuntos:

- Sobre a proposta de carta conjunta, recebida na CAE, em torno da forma como certas práticas e procedimentos devem decorrer no âmbito da COSAC, assinada pelos Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus do *Folketinget* dinamarquês, *Tweede Kamer* holandês, *House of Commons* britânica, *Bundestag* alemão, *Oireachtas* irlandês, *Riksdag* sueco e *House of Lords* britânica e aberta a mais assinaturas salientou os seguintes pontos:
 - O contributo e as conclusões da COSAC devem apenas refletir os temas que nela foram abordados (no plenário ou em sessões informais à margem);
 - Como regra, todas as propostas de alteração devem ser submetidas e debatidas na reunião de Presidentes, recebendo todas tratamento idêntico;
 - As propostas de alteração devem ser analisadas pela ordem do texto do contributo e das conclusões, permitindo que, em caso de existir mais do que uma alteração a um parágrafo, possam ser discutidas em conjunto;
 - As decisões devem ser, preferencialmente, tomadas por consenso, mas sempre que não o possa ser obtido, deve optar-se pelo recurso à votação (conforme consta do Regulamento da COSAC);
 - A eventual alteração da hora limite para a entrega das propostas de alteração, em vez das comuns 12h00, deve ser antecipada para as 10h00, com vista a facilitar o trabalho de análise das propostas;
 - Relativamente aos oradores, deve existir um equilíbrio entre representantes dos Parlamentos nacionais e representantes das instituições europeias, incluindo o Parlamento Europeu;
 - Considerando que a COSAC é essencialmente um fórum de diálogo e debate interparlamentar, por um lado, não é aceitável que os representantes dos Parlamentos nacionais disponham de 1 minuto de intervenção e, por outro lado, devem os Parlamentos nacionais ser envolvidos na designação de oradores para as diferentes sessões;
 - A agenda deve permitir a criação de sessões paralelas onde o debate é menos formal e mais construtivo;
 - A transmissão de mensagens vídeo, sem possibilidade de contraditório não parece ser uma forma de valorizar o tempo do plenário, pelo que, mensagens podem ser transmitidas apenas por escrito.

Referiu ainda que estas propostas vão ao encontro de alguns aspetos mencionados pelos Senhores Deputados que têm integrado as delegações da CAE à COSAC, parecendo contribuir para a melhoria do funcionamento da COSAC.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 172/XII/ 3.ª SL

Por fim, salientou que é intenção dos signatários que, à margem da próxima reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus, em Roma, pudesse verificar-se algum debate sobre esta proposta de carta, cuja versão final devia ser enviada no final deste mês de julho.

Sobre este assunto intervieram os Senhores Deputados Vitalino Canas (PS), António Rodrigues (PSD), José Ribeiro e Castro (CDS-PP) e Paula Baptista (PCP).

O Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) começou por manifestar dúvida quanto à realização da discussão sobre a matéria, naquele momento, na medida em que considerava que os temas em debate estavam associados à estrutura da COSAC, embora a maioria dos pontos apresentados recolhesse uma posição favorável. Pronunciando-se sobre o contributo e as conclusões, via na carta uma tentativa de diminuir o poder da troika e de aumentar o das delegações dos Parlamentos nacionais. O tempo de discussão dedicado às conclusões, de 01h00 ou de 01h30, deveria ser alargado para permitir um debate mais aprofundado. Considerava a necessidade de acautelar-se relativamente à alteração e transformação do modelo COSAC, devendo deixar a troika atuar, no caso de não se registar consenso. As propostas de alteração deviam ser apresentadas com grande antecedência, a fim de permitir o debate.

Quanto à questão das intervenções das delegações, o modelo atual privilegiava aquelas cujo discurso tinha sido previamente preparado e não as dos participantes que, no decurso das pronúncias, tinham oportunidade para elaborar opiniões e intervir, por falta de tempo. Nesse sentido, considerava que deveria existir uma fórmula que permitisse a estes participantes o uso da palavra e para registar que a agenda da COSAC cada vez estava mais sobrecarregada.

O Senhor Presidente interveio para destacar que havia três grupos de regras a considerar na apreciação em curso: o contributo e conclusões; os oradores e as mensagens de vídeo.

O Senhor Deputado António Rodrigues (PSD) tomou a palavra para se pronunciar sobre o facto de o papel do Parlamento Europeu não poder ser sobrelevado em relação ao dos Parlamentos nacionais e sobre as conclusões, considerava haver pouco tempo para os Deputados poderem participar na discussão, designadamente



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 172/XII/ 3.ª SL

sobre as propostas de alteração às mesmas. A definição das prioridades poderia caber à troika.

O Senhor Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP) interveio para referir que as questões suscitadas na carta pareciam pertinentes, com vista a darem mais consistência aos trabalhos da COSAC, considerando oportuno sacudir rotinas, sobretudo no quadro da nova composição das instituições europeias. Dava o seu acordo à assinatura pelo Presidente da Comissão e o desencadear do debate interno.

A Senhora Deputada Paula Baptista (PCP) interveio para solicitar o adiamento desta questão.

O Senhor Presidente usou da palavra para dizer que ainda não existia deliberação sobre a carta em apreciação. Parecia haver consenso em torno do ponto referente à transmissão de mensagens pré-gravadas de vídeo e quanto às questões procedimentais e ainda, sobre os poderes da troika deverem ter carácter recomendativo. Ficaria a aguardar até ao dia seguinte, a pronúncia dos grupos parlamentares que pretendessem fazê-lo, sendo que a decisão final teria que ser tomada durante o mês corrente, visto que, a carta teria que ser remetida até ao final de julho.

- Em seguida, o Senhor Presidente referiu-se à iniciativa europeia - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao quadro jurídico da União respeitante às infrações à legislação aduaneira e respetivas sanções [COM(2014)884], na sequência do envio de e-mail à Comissão, pelo Senhor Deputado João Lobo (PSD), do seguinte teor: “A meu juízo, o âmbito material da Proposta de Diretiva justifica o seu escrutínio por parte da CAE. Matérias como a da responsabilidade objetiva nas infrações aduaneiras, a sua tipificação, intencional ou negligente; a responsabilidade objetiva das pessoas coletivas e o regime da prescrição, entre outras, - que integram o quadro jurídico da União no que concerne às infrações à legislação aduaneira e respetivas sanções - pela sua importância e reflexo na liberdade de circulação de mercadorias e da concorrência, *vg.*, deveriam ser objeto de

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 172/XII/ 3.ª SL

escrutínio. Tenho por discutível se a iniciativa, como pretende a Proposta, deva ser avaliada à margem dos princípios da subsidiariedade, da proporcionalidade e do respeito pelos direitos fundamentais.”

A Comissão de Economia e Obras Públicas tinha deliberado, no quadro da nova metodologia, não escrutinar a mencionada iniciativa legislativa, não selecionada e, nos termos da mesma, o Senhor Deputado João Lobo (PSD) tinha solicitado o seu escrutínio, com base no fundamento referido no e-mail.

Em consequência, o Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, da iniciativa em referência, o Senhor Deputado João Lobo.

- A Senhora Deputada Paula Baptista (PCP) pediu a palavra para referir que, verificando-se o final dos trabalhos importava, por um lado, fazer o levantamento das iniciativas europeias cujos pareceres da CAE, aprovados, mencionavam a necessidade de acompanhamento das respetivas matérias, durante a 3.ª Sessão Legislativa, e por outro, refletir sobre a forma como esse acompanhamento seria feito.

O Senhor Presidente incumbiu os Serviços da Comissão de procederem ao referido apuramento.

- Próximas reuniões da Comissão: dia 25 de julho, às 11h15 e dia 9 de setembro de 2014.

2. Apresentação do Relatório de participação na LI COSAC, em Atenas, 15 a 17 de junho de 2014.

O Senhor Presidente da Comissão apresentou o Relatório de participação na LI COSAC, decorrida em Atenas, de 15 a 17 de junho do ano corrente.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 172/XII/ 3.ª SL

3. Apreciação e votação do Parecer relativo ao Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014 e seleção das iniciativas a escrutinar pela Assembleia da República no decurso desse ano, bem como a Proposta de Projeto de Resolução sobre a mesma matéria.

Deputada Autora do Parecer: Catarina Martins (BE)

A solicitação da Senhora Deputada Catarina Martins (BE), o parecer foi apresentado pelo Senhor Presidente da Comissão.

Intervieram os Senhores Deputados Vitalino Canas (PS) para dizer que no ponto 20 da lista das iniciativas deveria constar a investigação e a inovação enquanto novas fontes de crescimento e o seguinte referir o Estado de direito na União Europeia; e João Lobo (PSD).

Submetido a votação pelo Senhor Presidente o Parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

Em seguida, o Senhor Presidente, após submeter à apreciação o Projeto de Resolução sobre “ Adoção pela Assembleia da República das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito de escrutínio, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014”, referiu que o 3.º parágrafo tomava a seguinte forma: “...as seguintes iniciativas e temas constantes do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014 **e respetivos anexos e aí identificados:...**”

Submetido a votação pelo Senhor Presidente o Projeto de Resolução, com as alterações apresentadas, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

4. Apreciação da metodologia de designação de Deputados da CAE para participação nas delegações da Assembleia da República às reuniões e conferências Interparlamentares, que não tenham metodologia já aprovada.

Interveio o Senhor Deputado Costa Neves (PSD) para dizer que, em relação ao debate havido na última reunião da Comissão, o que dele tinha resultado era a ideia

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 172/XII/ 3.^a SL

de que não haveria modificações a introduzir na representação da delegação à COSAC e ao Semestre Europeu. Quanto à da PESC-PCSD, não tinha, ainda, sido possível apreciar de novo, pelo que permanecia o atual critério. A dificuldade residia na representação parlamentar *ad hoc*. Existindo na coligação governamental a representação de mais do que uma força política, a questão colocava-se no domínio da aplicação do Método d'Hondt. Nesse sentido, tendo necessidade de obter um entendimento no seio do seu grupo parlamentar, pedia o adiamento para setembro, desta matéria.

Em torno deste assunto, intervieram os Senhores Deputados José Ribeiro e Castro (CDS-PP), que concretizou a proposta do Método d'Hondt poder considerar em conjunto PSD e CDS-PP, por ambos suportarem a coligação governamental; Vitalino Canas (PS), que reafirmou que o PS pretende apenas que seja encontrada uma solução que contribua para o equilíbrio entre a maioria e a oposição, apoiando, portanto, a proposta do CDS-PP, mas recordando que urge resolver a questão da delegação da Assembleia da República à Conferência para acompanhamento da PESC-PCSD; e Paula Baptista (PCP), que reafirmou que o PCP considera que qualquer metodologia deve ter por base o Método d'Hondt, mas que pode ser objeto de adaptação no sentido proposto pelo CDS-PP.

Por fim, o Senhor Presidente da Comissão, na sequência do debate mencionado, referiu que a matéria em apreciação seria retomada na reunião do dia 25 de julho, caso viesse a existir oportunidade, senão, ficaria adiada para o mês de setembro.

5. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estado atual da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo [COM(2014)130] objeto de Relatórios das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública, de Economia e Obras Públicas e Educação, Ciência e Cultura

Deputado Autor do Parecer: Jacinto Serrão (PS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 172/XII/ 3.ª SL

O Parecer foi apresentado pelo Senhor Deputado Jacinto Serrão, após o que interveio o Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD), para salientar a importância da matéria e da monitorização dos objetivos, associada ao seu cumprimento através do estabelecimento de um leque de punições. Para tanto, era importante ter-se conhecimento da forma como, tendencialmente, os objetivos estavam a ser cumpridos. O debate era relevante para o acompanhamento da evolução da matéria em apreço.

A Senhora Deputada Paula Baptista (PCP) usou da palavra para dizer que iria abster-se, não por questões técnicas ligadas ao Parecer mas este poderia ter sido mais contundente no quadro das conclusões.

O Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS) interveio, de novo, para referir que em relação aos países do Norte e do Sul, mereceria ser objeto de debate o tema sobre a Europa e as questões relativas à coesão económica e social, que não encontravam sequência. Considerava que ter refletido esta ideia no parecer poderia provocar celeuma.

Submetido a votação o Parecer foi aprovado com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP, a abstenção do PCP, registando-se a ausência do BE.

b) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Os Diálogos com os Cidadãos como um contributo para a criação de um espaço público europeu [COM(2014)173], objeto de relatório da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Deputado Autor do Parecer: Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD)

O Parecer foi apresentado pelo Senhor Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD), a que se seguiu a intervenção da Senhora Deputada Paula Baptista (PCP) para referir que o diálogo que existia era feito num círculo fechado e assim, não contando com as populações, tornava a discussão elitista. Ao que, o Senhor Deputado Gabriel Côrte-



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 172/XII/ 3.ª SL

Real Goucha (PSD) respondeu que os diálogos eram feitos com os cidadãos comuns e que o debate cabe a todos, incluindo o PCP.

Submetido a votação o Parecer foi aprovado com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP, a abstenção do PCP, registando-se a ausência do BE.

c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Aproveitar o potencial do financiamento coletivo (crowdfunding) na União Europeia [COM(2014)172], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

Deputado Autor do Parecer: Paula Baptista (PCP)

Interveio a Senhora Deputada Paula Baptista (PCP) para apresentar o Parecer, após o que, submetido a votação foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

d) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel utilizados no transporte rodoviário na União Europeia: Décimo primeiro relatório anual (Ano de 2012) [COM(2014)127], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

Deputado Autor do Parecer: Rui Barreto (CDS-PP)

A pedido do seu Autor, este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte.

e) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO EUROPEU - Relatório sobre as Barreiras ao Comércio e ao Investimento de 2014 [COM(2014)153], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

Deputado Autor do Parecer: Vitalino Canas (PS)

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 172/XII/ 3.ª SL

Interveio o Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) para apresentar o Parecer, após o que, submetido a votação foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

f) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Decisão n.º 1608/2003/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às estatísticas em matéria de ciência e de tecnologia [COM(2014)211], objeto de relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Deputado Autor do Parecer: Paula Gonçalves (PSD)

O Parecer foi apresentado pelo Senhor Deputado Carlos São Martinho (PSD), a que se seguiu a intervenção do Senhor Deputado João Lobo (PSD) para sublinhar a relação entre estas estatísticas e a competitividade da economia.

Submetido a votação o Parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

g) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório sobre a Política da Concorrência 2013 [COM(2014)249], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

Deputado Autor do Parecer: Carlos São Martinho (PSD)

O Parecer foi apresentado pelo Senhor Deputado Carlos São Martinho (PSD), a que se seguiu a intervenção do Senhor Deputado João Lobo (PSD) para salientar o grande interesse que a matéria representa para a economia.

Submetido a votação o Parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 172/XII/ 3.ª SL

6. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à divulgação de dados de observação da Terra por satélite para fins comerciais [COM(2014)344], objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PSD

Por lapso, esta alínea foi repetida.

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU relativa à exploração e à produção de hidrocarbonetos (designadamente gás de xisto) na UE mediante fracturação hidráulica maciça [COM(2014)23], objeto de Relatório da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PS

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado António Cardoso.

c) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação das disposições relativas às organizações de produtores, aos fundos operacionais e aos programas operacionais no setor das frutas e produtos hortícolas desde a reforma de 2007 («Relatório sobre o regime relativo às frutas e produtos hortícolas») [COM(2014)112], objeto de Relatório da Comissão de Agricultura e Mar

Deputado Autor do Parecer: cabe ao CDS-PP

O Grupo Parlamentar do CDS-PP indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado Rui Barreto.

d) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à divulgação de dados de observação da Terra por satélite para



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 172/XII/ 3.ª SL

fins comerciais [COM(2014)344], objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PSD

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado Carlos Costa Neves.

e) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE, Euratom) n.º 883/2013 no que diz respeito à criação de um Controlador das Garantias Processuais [COM(2014)340], objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PS

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado Alberto Costa.

f) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 604/2013 no que se refere à determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de proteção internacional apresentado por um menor não acompanhado por um membro da família, irmão ou outro familiar legalmente presente num Estado-Membro [COM(2014)382], objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PSD

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha.

7. Apreciação e votação da Ata n.º 171/XII relativa à reunião de 8 julho de 2014.

Submetida a votação, a Ata n.º 171/XII relativa à reunião de 8 de julho de 2014 foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 172/XII/ 3.ª SL

A reunião foi encerrada às 18:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 julho 2014.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 172/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
António Cardoso
António Rodrigues
Bravo Nico
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Gabriel Côrte-Real Goucha
Ivo Oliveira
Jacinto Serrão
João Lobo
José Ribeiro e Castro
Nuno Filipe Matias
Paula Baptista
Paulo Mota Pinto
Vitalino Canas
Bruno Coimbra
Fernando Serrasqueiro
Jorge Lacão
Nuno Reis
Raúl de Almeida

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Catarina Martins
Paula Gonçalves
Rui Barreto
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques